

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.556 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2002

Uso do FGTS pode ser liberado para compra de carro, lote e computador

Três projetos incluídos na pauta da Comissão de Assuntos Sociais admitem novas hipóteses de uso do Fundo de Garantia. O dinheiro poderá ser empregado na compra de carro, computador ou lote residencial.

PÁGINA 4



José Cruz

Gerson Camata é relator do projeto que reduz taxas

Propostas pedem fim do terreno de marinha ou redução das taxas

Comissão de Constituição e Justiça analisa proposta de emenda à Constituição que extingue os terrenos de marinha e projeto de lei que reduz as taxas cobradas de seus ocupantes.

PÁGINA 4

Decisão sobre a dívida de Alagoas é submetida à Comissão de Justiça

Mesa consulta CCJ para responder a pedido de anulação da sessão plenária de 28 de agosto e, conseqüentemente, da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos que aprovou a renegociação



Marcia Kallome

O pedido dos senadores Heloísa Helena e Tião Viana para anulação da sessão plenária do dia 28 de agosto será analisado pela Mesa após consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A decisão foi tomada ontem pelo presidente em exercício do Senado, Edison Lobão, e a reunião da CCJ para tratar do assunto deve ocorrer hoje. Foi a sessão em 28 de agosto que abriu caminho regimental para a decisão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de autorizar a rolagem dos títulos de Alagoas, tomada em reunião realizada no mesmo dia. A liderança do Bloco Oposição afirma que não foi ouvida nem comunicada sobre a realização da sessão, o que deveria ter acontecido, conforme decisão anterior do Plenário.

PÁGINA 3

MP que cria Secretaria da Mulher obstrui pauta

A partir de hoje, o Senado só pode votar matérias se decidir antes sobre a medida provisória (MP) que institui a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, ligada ao Ministério da Justiça. A MP constava da pauta de ontem, mas não chegou a ser votada; como o prazo constitucional de 45 dias para tramitação já se completou, ficam interrompidas as deliberações do Plenário e as decisões terminativas de comissões.

PÁGINA 3



Rosevelt Pinheiro

Comissão de Infra-Estrutura ouviu indicado para Anatel e toma uma decisão hoje

Indicado para recondução na Anatel critica a carga tributária do setor

PÁGINA 2



Motoristas e cooperativas de táxis podem ser beneficiados pela proposta

Projeto torna permanente a isenção de IPI na compra de táxi

PÁGINA 4

Eduardo destaca apoio ao governador do Tocantins

Roosevelt Pinheiro

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) registrou ontem a aceitação popular que o governador Siqueira Campos tem alcançado no estado do Tocantins, onde, segundo o parlamentar, deverá eleger-se em primeiro turno para sucedê-lo o candidato Marcelo Miranda (PFL).

Eduardo também sustenta que o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) será reeleito, já que lidera as pesquisas de opinião pública com 47% das intenções de votos, junto com o candidato João Ribeiro (PFL), que tem 46%. O senador atribuiu esse apoio eleitoral à boa administração do governo do Tocantins.

Ele destacou programas desenvolvidos pelo governador, entre eles o denominado Pioneiros Mirins e o Força Jovem — Meu Primeiro Emprego.



Eduardo

Valadares defende retorno da Sudene para desenvolver NE

Roosevelt Pinheiro

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu ontem o retorno da Sudene como meio de implementar o desenvolvimento no Nordeste. Ele disse

que essa luta representa compromisso que está assumindo com a população de seu estado, em visitas ao interior, acompanhado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Valadares considerou um "equivocado" do governo a extinção da Sudene e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (Finor).

Segundo Valadares, a população nordestina espera ação efetiva do governo em torno de projetos que permitam o desenvolvimento regional. As cidades às margens do Rio São Francisco estão abandonadas, destacou, citando Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre, Nossa Senhora de Lurdes e Graco Cardoso.



Valadares

Infra-Estrutura decide hoje sobre recondução na Anatel

Durante sabatina, José Leite Pereira Filho criticou carga tributária imposta ao setor das telecomunicações. Mensagem irá depois ao Plenário do Senado

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) adiou para hoje, a partir das 11h, o exame da mensagem de recondução do engenheiro José Leite Pereira Filho ao conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Em exposição feita na tarde de ontem perante o colegiado, presidido pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI), Pereira Filho criticou "a alta carga tributária" imposta ao setor e defendeu a realização de concurso público para reforço do quadro funcional da agência.

O indicado também se reportou à carência de pessoal na agência. Quando o órgão foi criado, conforme adiantou, 56% dos quase 1,3 mil funcionários eram oriun-



Alberto Silva é presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

dos de empresas do sistema Telebrás. Hoje, essa participação caiu para 27%, enquanto a presença de temporários saltou de 3% para 45%. Apesar disso, a Anatel está impossibilitada de realizar concurso por conta de uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) impetrada junto ao Supremo Tri-

bunal Federal (STF), informou.

Durante a sabatina, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) indagou se há um meio eficaz de se impedir o uso de telefones celulares nos prédios. Pereira Filho disse que isso seria possível, por exemplo, bloqueando-se os receptores de aparelhos celulares terrestres ou por satélite na faixa de frequência que cobre esses prédios.

Na oportunidade, José Leite Pereira Filho divulgou uma síntese dos resultados obtidos pelo setor de telecomunicações durante a vigência da Anatel. Também participaram da reunião os senadores Romero Jucá (PSDB-RR), relator da mensagem, Marluce Pinto (PMDB-RR), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) e José Eduardo Dutra (PT-SE).

Suplicy aplaude disposição para o debate

Definindo como de "intensa democracia" o momento eleitoral vivido pelo Brasil, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou ontem o quanto é importante que nenhum candidato se negue a participar dos debates, o que não ocorreu nas eleições de 1994 e 1998. Ele lamentou que, na última eleição, à frente nas pesquisas de intenções de votos, Fernando Henrique Cardoso tenha-se negado a debater com os demais candidatos.

O senador considerou "notável" o exemplo de Luiz Inácio Lula da

Silva, que, liderando as pesquisas "com possibilidade de ganhar a eleição já no dia 6 de outubro", mantém "a exemplar conduta" de não fugir ao questionamento dos seus concorrentes.

Suplicy também registrou o crescimento dos candidatos do PT em estados como São Paulo e Mato Grosso do Sul, e deteve-se na situação do governador do Acre, Jorge Viana, cuja candidatura à re-



Eduardo Suplicy elogiou atuação de candidatos do PT

leição foi cancelada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). O senador disse que Jorge Viana será reeleito, certamente com votação maior que a prevista nas pesquisas.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) definiu a decisão dos juizes eleitorais do Acre como "um verdadeiro atentado à democracia", acrescentando que o ordenamento jurídico no estado sofreu um abalo.

Educação examina pedidos para funcionamento de rádios

Dos 65 projetos de decreto legislativo que deverão ser examinados hoje, a partir das 10h30, pela Comissão de Educação (CE) do Senado, 44 referem-se a autorização para o funcionamento de rádios

comunitárias em diversos estados. As demais proposições são solicitações para explorar serviço de radiodifusão em frequência modulada.

Rio Grande do Norte, com 12, e São

Paulo, com 11 projetos, são os estados com o maior número de pedidos de autorização a serem votados pela comissão. Minas Gerais e Mato Grosso do Sul vêm em seguida, cada um com seis.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Projeto de lei de conversão que dispõe sobre estruturação de órgãos públicos e cria cargos em comissão no Poder Executivo; e projetos de decreto legislativo autorizando funcionamento de rádios comunitários.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: PLS nº 43/02, que estabelece na legislação brasileira a criação e regulamentação da profissão de astrólogo; PLS nº 313/99, autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais; PLS nº 245/01, dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de artista circense; PLC nº 31/01, dispõe sobre o atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência e crianças de primeira idade para marcação de consultas e exames complementares no Sistema Único de Saúde; entre outras proposições.

9h30 — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: PLS nº 15/02, que dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para taxistas; PLS nº 157/00, cria mecanismos de proteção do emprego dos trabalhadores de empresas em processo de fusão, incorporação e agrupamento societário; PLC nº 63/02, incidência do IR sobre os rendimentos recebidos acumuladamente; PLS nº 254/01, cria o Programa Especial de Pecúlio Estudantil; entre outras proposições. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Mensagem nº 272/02, que submete ao Senado o nome de João Otávio de Noronha para ministro do Superior Tribunal de Justiça; PLS nº 114/02, reduz os valores de foro, laudêmio e taxas de ocupação de imóveis da União; PDL nº 135/99, susta o decreto do Poder Executivo que autoriza a cisão de Furnas Centrais Elétricas; PLS nº 92/00 (tramita em conjunto com os PLSs nº 101/00 e nº 539/99), fixa normas sobre a realização de concursos públicos; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão de Educação
Pauta: PDLs autorizando funcionamento de rádios comunitários. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

11h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: Mensagem nº 273/02, que submete à apreciação do Senado o nome de José Leite Pereira Filho para ser reconduzido ao cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

PREVISÃO PLENÁRIO

Quinta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PDLs autorizando funcionamento de rádios comunitários.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Santos apela ao Banco Central por cafeicultores



Ricardo Santos

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) fez apelo ontem à área econômica, especialmente ao Banco Central (BC), para que seja modificada a resolução do BC

editada no mês passado. Pela resolução, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) foi autorizada a efetuar contratos de opção de venda de café para a safra 2001/2002 conforme classificação que não enquadrava a maioria dos produtores do Espírito Santo e da Zona da Mata mineira.

Os contratos permitem que o cafeicultor e as suas cooperativas vendam café para a Conab, mas são admitidos pelo BC apenas o café arábica, tipo 6, e café robusta, tipo 6. Os produtores rurais do Espírito Santo e da Zona da Mata mineira, que produzem café arábica, tipo 7, e café robusta, tipo 7/8, foram excluídos das operações de venda para a Conab. O senador disse que os contratos da Conab poderão retirar cerca de 6

Sartori quer agilizar criação de municípios



Chico Sartori

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) pediu agilidade na tramitação de projeto de lei complementar de sua autoria que regulamenta a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. O projeto está em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se aprovado, regulamentará matéria da qual trata a Constituição federal, que exige a realização de plebiscito para modificações na configuração de municípios.

Sartori explicou ter apresentado o projeto diante do problema enfrentado por distritos de Rondônia, que almejam a emancipação, mas tiveram o pedido de consulta plebiscitária negado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do estado, cuja decisão afirmava ser necessário haver lei complementar federal regulamentando a matéria.

Rolagem da dívida de Alagoas em exame na CCJ

Presidente em exercício do Senado decide ouvir Comissão de Justiça sobre pedido para anular sessão plenária que autorizou procedimento

O presidente em exercício do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), decidiu ontem ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de acatar ou não o recurso dos senadores Heloísa Helena (PT-AL) e Tião Viana (PT-AC) pedindo a anulação da sessão plenária do dia 28 de agosto. Foi a realização dessa sessão que abriu caminho regimental para a decisão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de autorizar a rolagem dos títulos de Alagoas, tomada no mesmo dia.

O vice-presidente da CCJ, senador Osmar Dias (PDT-PR), anunciou reunião da comissão, hoje, às 11h, para examinar o assunto.

O líder do PT, Eduardo Suplicy (SP), defendeu o requerimento



Heloísa Helena não vê problemas para que se realize nova reunião da CAE a fim de votar rolagem

de anulação da sessão plenária do Senado e da decisão da CAE, garantindo que a liderança do Bloco Oposição não foi consultada sobre a realização das sessões, conforme havia sido decidido, em plenária do dia 7 de agosto, sobre

votações durante os 60 dias anteriores ao pleito de 6 de outubro.

Ao defender a urgência da aprovação da resolução permitindo a rolagem da dívida de Alagoas, Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou que o estado está sendo prejudicado em seus investimentos. "É pequenez política pôr obstáculos ao pleito de renegociação da dívida de Alagoas, quando todos os demais estados já regularizaram sua situação financeira", disse.

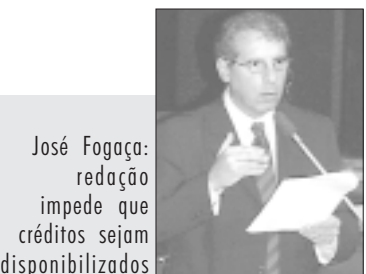
Heloísa Helena insistiu na anulação das sessões, argumentando que o Senado não pode ser "panelinha de alguns poucos amigos do rei". Ela não vê problemas em obedecer ao Regimento do Senado realizando nova reunião da CAE para votar a rolagem dos títulos de Alagoas.

Projeto modifica resolução sobre Ipergs

Assinado pelos senadores José Fogaça (PPS-RS), Pedro Simon (PMDB-RS) e Emília Fernandes (PT-RS), foi apresentado ontem em Plenário projeto para modificar a Resolução nº 38/2001 do Senado, que autorizou o Rio Grande do Sul a assumir a dívida relativa à carteira imobiliária do Instituto de Previdência do estado (Ipergs). Pela resolução, o estado foi também autorizado a receber do Ipergs e ceder à

Caixa Econômica Federal os direitos relativos a essa carteira e os créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

José Fogaça explicou que a Resolução nº 38 do Senado dispõe que a assunção dessa dívida se fará sem alterações contratuais em relação ao que foi originalmente pactuado. Ele disse que, em contatos do Rio Grande do Sul com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e a Se-



José Fogaça: redação impede que créditos sejam disponibilizados

cretaria do Tesouro, constatou-se que essa redação impediria o estado de disponibilizar os créditos.

Arlindo Porto pede atualização do Simples

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) pediu ontem a atualização dos valores que determinam a inserção das organizações no Simples (Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte). Para



Para Porto, valores devem ser adequados à realidade atual

Porto, houve uma "erosão dos valores".

O limite superior de receita anual para que uma empresa seja considerada micro é de R\$ 120 mil, enquanto o correspondente para a empresa de pequeno porte é de R\$ 1,2 milhão. Esses valores, afirmou o senador, signifi-

caram um estímulo quando foram estabelecidos em lei, mas agora, devido a inflação, "é mais do que oportuno que sejam atualizados".

O Simples está em vigor desde 1997 e consiste no pagamento unificado, com tarifas favoráveis, do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade (Cofins), entre outros tributos.

Votação de MP tranca pauta do Senado

O Plenário do Senado só poderá votar qualquer projeto a partir de hoje se apreciar antes uma medida provisória (MP) que cria a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, ligada ao Ministério da Justiça. A MP constou da pauta de ontem, mas não houve *quorum* mínimo para votação de medida provisória (metade mais um dos 81 senadores).

O trancamento de votações só atinge o Plenário e os projetos terminativos das comissões, ou seja, aqueles que, após votados, são enviados diretamente ao exame dos deputados. Várias comissões do Senado têm reuniões marcadas para hoje.

Pela Constituição, medida provisória passa a trancar a pauta de votações da Câmara ou do Senado depois de 45 dias de editada pelo presidente da República. Se não for votada até o 60º dia, o Congresso prorroga sua vigência por mais 60 dias. Caso não seja votada nesse segundo prazo, ela perde a eficácia. No caso da MP que cria a Secretaria de Direitos da Mulher, seu prazo final será dia 14 de outubro.

A MP trata também de outros assuntos, entre eles a transformação da Corregedoria Geral da União em Controladoria Geral da União. Cria ainda 172 cargos em comissão no Executivo e permite a participação de servidores públicos, sem remuneração ou subsídio adicional, na diretoria ou em conselho de organização de sociedade civil de interesse público.

Caso a medida provisória seja votada, o Plenário poderá apreciar vários projetos de renovação ou concessão de emissoras de rádio e televisão. A Mesa do Senado também convocou sessão deliberativa para amanhã.

Desemprego é fonte de violência e insegurança, diz Dutra

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) analisou ontem, em Plenário, duas grandes preocupações da população brasileira: segurança e desemprego. "Não é à toa que ambas estão relacionadas", observou Dutra, afirmando que o esgarçamento do tecido social e o aumento das

desigualdades são fonte de insegurança e violência.

Segundo o senador, a maior vítima desse processo tem sido a juventude, empurrada para a marginalidade por falta de perspectivas. Na sua opinião, o Estado precisa agir em duas frentes: investir em educação e geração de empre-

gos; e incentivar a modernização do aparato policial.

— Esse é um tema que se relaciona com a questão social e a retomada do crescimento econômico — declarou. Além de defender a integração entre as polícias Civil e Militar, Dutra cobrou o envolvimento da sociedade nos conse-

lhos e na definição das políticas de segurança para o país.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) observou que a superação do problema da violência depende de investimentos amplos em educação, que beneficiem tanto alunos quanto professores.



Segundo Dutra, a sociedade deve participar da definição das políticas de segurança pública

Para Calheiros, forma atual do benefício é incorreta



Roosevelt Pinheiro

Isenção de IPI para táxi pode ser permanente

Os taxistas poderão ganhar, de forma permanente, a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de um veículo novo a cada três anos. Projeto de lei nesse sentido deverá ser discutido pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) em reunião prevista para hoje, a partir das 9h30. A proposta para transformar o benefício, atualmente temporário, numa isenção permanente, é de autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e recebeu parecer favorável do relator, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

A decisão sobre o projeto, no entanto, estará adiada até que o Plenário vote a medida provisória que cria a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (veja matéria na página 3).

Além dos motoristas autônomos, proprietários dos seus próprios veículos, serão beneficiadas as cooperativas de trabalho que sejam permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), desde que tais veículos se destinem a essa atividade. A medida é extensiva às pessoas que, em razão de serem portadoras de deficiência física, não possam dirigir automóveis comuns.

Para os taxistas, a isenção do IPI deverá se aplicar nos casos da compra de automóveis de passageiros de no mínimo quatro portas, movidos a qualquer combustível, com potência de até 127 cavalos-vapor. O benefício ocorrerá, também, no caso de falecimento ou incapacitação do motorista profissional, favorecendo herdeiros, desde que disponham de habilitação profissional para táxi.

Ao justificar sua proposta, Calheiros disse que o poder público, ao reconhecer o direito da isenção do IPI para taxistas, não o consagrou de maneira correta, pois limitou a validade do benefício, gerando grandes prejuízos.

Tuma quer mais recursos para o combate ao crime

Senador defende ampliação de investimentos na Polícia Federal, de modo a garantir que combate ao narcotráfico seja permanente

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse ontem que tão logo o Senado retome seu ritmo normal de trabalho, a partir das eleições de outubro próximo, vai desencadear um movimento entre os parlamentares no Congresso em busca de mais recursos orçamentários em 2003 para o combate ao crime organizado.

Suplente na Comissão Mista de Orçamento (CMO), Tuma defende maiores investimentos na Polícia Federal, de modo a dotá-la de condições para exercer um combate permanente à criminalidade, principalmente ao narcotráfico.

A proposta orçamentária para 2003, enviada pelo Executivo ao Congresso, prevê aplicação de R\$ 4,23 bilhões em Defesa e Segurança, contra os R\$ 4,7 bilhões previstos para o Orçamento vi-



José Cruz

Tuma também defende investimentos em educação para reduzir quadros de marginais

gente, o que representa uma redução de 10%.

Tuma concorda que se dê prioridade à educação, principalmente ao ensino fundamental, pois o crescente número de criminosos, segundo observou, é decorrência do abandono em que se encontram crianças e jovens das periferias dos grandes centros.

— Quando investimos em educação para a primeira idade, estamos tirando a possibilidade de renovação dos quadros da marginalidade. As crianças que vivem em comunidades praticamente comandadas pelos marginais têm de ter opções de estudo e de trabalho para que não fiquem à mercê dos bandidos — disse.

Investimentos em educação e saúde, segundo Tuma, respondem a médio prazo. No curto prazo, ele explica, é preciso combater o crime organizado, o que requer uma polícia equipada e fortalecida. Ele observou que há um grande espaço de tolerância para com a marginalidade, que vem crescendo e se organizando. “Para reverter essa situação temos de investir muito nas polícias”, defendeu.

Célio Azevedo



Proposta de Waldeck Ornêlas está na pauta da CAS

Projeto prevê uso do FGTS na compra de computador

A legislação que regula o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pode passar a admitir três novas hipóteses de movimentação da conta vinculada. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve discutir hoje, a partir das 9h, projetos dos senadores Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e Waldeck Ornêlas (PFL-BA) permitindo o saque parcial do FGTS para a aquisição de automóvel e microcomputador, respectivamente, e projeto da Câmara que prevê a utilização de verbas do fundo para a compra de lote popular residencial.

Com tramitação em caráter terminativo, a votação dos projetos estará adiada até que a pauta do Senado seja destrancada, o que ocorrerá após apreciação da medida provisória que cria a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (veja matéria na página 3).

A proposta de Mozarildo recebeu parecer favorável, na forma de substitutivo, do senador Waldeck Ornêlas. A relatoria admite a aquisição, pelo titular da conta, de automóvel popular, destinado a uso pessoal ou familiar. Para ter acesso ao benefício, o trabalhador deve possuir moradia própria e

não pode ter veículo próprio.

Pelo projeto de Ornêlas, relatado pelo senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), o titular da conta só pode recorrer ao fundo para adquirir um microcomputador de uso pessoal a cada cinco anos. Esse benefício também só poderá ser concedido se o saldo da conta vinculada for equivalente a, pelo menos, seis vezes o valor da última renda mensal obtida antes da mesma ser movimentada.

Terrenos de marinha são analisados na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve analisar hoje duas matérias que alteram o tratamento concedido aos terrenos da União: uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que extingue os chamados terrenos de marinha e um projeto de lei que reduz as taxas cobradas dos ocupantes desses bens.

A discussão acabou sendo adi-

ada na última reunião da CCJ pela complexidade da matéria. Os integrantes da comissão decidiram que os relatores da PEC, Osmar Dias (PDT-PR), e do projeto de lei, Gerson Camata (PMDB-ES), analisariam o conteúdo das propostas e estudariam a possibilidade de apresentação de um substitutivo. A votação das proposições, no entanto, estará adia-

da até que a medida provisória que criou a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher seja apreciada, conforme detalha matéria da página 3.

Segundo estabelece a PEC que extingue os terrenos de marinha, os prédios que abrigam órgãos que prestam serviços públicos serão transferidos para as devidas esferas de governo.

Osmar Dias ressalta papel do Congresso

O senador Osmar Dias (PDT-PR) disse ontem que, apesar de as pesquisas eleitorais se concentrarem especialmente nas eleições para a Presidência da República e governos estaduais, “é preciso que a sociedade se conscientize de que todas as decisões são e serão tomadas pelo Congresso Nacional, em especial pelo Senado”.

Seja quem for o próximo presidente da República, afirmou, “o Senado terá importância fundamental no encaminhamento de medidas importantes para a retomada do crescimento econômico, objetivo de todos os candidatos à sucessão de Fernando Henrique”. Conforme a análise de Osmar Dias, o candidato eleito deverá enfrentar o desafio de fazer as reformas tributária e previdenciária para desonerar o sistema produtivo e distribuir os recursos arrecadados pela União. Outra reforma importante, ressaltou, é a do Poder Judiciário, que, segundo disse, está “a meio caminho”.

Mozarildo destaca trabalho da Rede Amazônica de TV

Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) ressaltou ontem a passagem do 30º aniversário de funcionamento da Rede Amazônica de Televisão, cuja transmissão alcança os estados do Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá. O senador participou no último dia 31 do evento comemorativo da data, realizado em Manaus.

Mozarildo destacou que a rede foi criada no dia 1º de setembro de 1972 pelo empresário Philippe Daou como um ideal de integração da região. Para o senador, a rede de televisão é especialmente importante para a região, levando-se em conta as distâncias amazônicas e a inexistência de rodovias na maioria das localidades.

— A Rede Amazônica tem exercido papel de verdadeira integração, levando notícias do Brasil e do mundo e programas de informação aos mais recônditos rincões da nossa região, além de operar a integração com as demais regiões do país — disse.



Roosevelt Pinheiro



Mozarildo

Roosevelt Pinheiro